



37

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**HABEAS CORPUS Nº 333859-0**

Impetrante: Drª Janeceli da Paixão Plutarco

Paciente: Williams José de Lima

Autoridade Coatora: Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Vitória de Santo Antão (processo nº 0003668-94.2012.8.17.1590)

Procuradora de Justiça: Drª Judith Pinheiro Silveira Borba

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

Relator substituto: Cláudio Jean Nogueira Virgínio

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

**EMENTA:** PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. PROCESSO EM ANDAMENTO REGULAR. NÃO-CONFIGURAÇÃO DE DESÍDIA OU INCÚRIA DO JUIZ PROCESSANTE, NEM DE INÉRCIA DA SECRETARIA DA VARA. DILAÇÃO AINDA DENTRO DOS LIMITES DA RAZOABILIDADE (SÚMULA 84 DO TJPE). INSTRUÇÃO CRIMINAL EM VIA DE CONCLUSÃO. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO.

**1.** O processo vem tramitando regularmente, já tendo sido realizadas todas as audiências da instrução.

**2.** Por outro lado, nada sugere a existência de desídia ou incúria da juíza processante, nem tampouco inércia da secretaria da vara, estando a marcha processual dentro dos limites da razoabilidade (Súmula 84 do TJPE).

**3.** Outrossim, considerando que a conclusão da fase instrutória já se avizinha, estando pendente apenas da manifestação do representante do Ministério Público sobre o resultado da diligência por ele requerida, não há falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo.

**4.** Ordem denegada. Decisão unânime.

CF.



38


**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 333859-0 da Comarca de Vitória de Santo Antão, impetrado em favor do paciente Williams José de Lima. Acordam, por unanimidade de votos, os desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na sessão realizada no dia 28 / 05 / 2014, em **denegar a ordem**, na conformidade do relatório, da ementa e dos votos anexos, que fazem parte integrante desta decisão.

Recife, 28 de 05 de 2014.

  
Des. **Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
Relator Substituto



39

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**HABEAS CORPUS Nº 333859-0**

Impetrante: Drª Janeceli da Paixão Plutarco

Paciente: Williams José de Lima

Autoridade Coatora: Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Vitória de Santo Antão (processo nº 0003668-94.2012.8.17.1590)

Procuradora de Justiça: Drª Judith Pinheiro Silveira Borba

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

Relator substituto: Cláudio Jean Nogueira Virgínio

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

**RELATÓRIO**

A Drª Janeceli da Paixão Plutarco impetrou ordem de *habeas corpus* em favor de Williams José de Lima, preso preventivamente por suposto cometimento do delito tipificado no 157, § 2º, incisos I e II, do CPB. Apontou como autoridade coatora a Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Vitória de Santo Antão.

Alega a impetrante, em síntese, que o paciente vem sofrendo constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção, por encontrar-se preso desde o dia 25/09/2012, portanto há 567 dias, sem que até a presente data (entenda-se aqui a data da impetração do *writ*: 23/4/2014) tenha sido encerrada a instrução criminal.

Assim, requer a impetrante seja concedida a ordem, com a pertinente expedição de alvará de soltura em prol do paciente.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 15 e 16).

A autoridade coatora prestou as informações que lhe foram solicitadas (fls. 23 e 24).

Nesta instância, a Drª Judith Pinheiro Silveira Borba, 11ª Procuradora de Justiça, emitiu seu parecer pela denegação da ordem (fls. 28 e 29).

É o que importa relatar. Não se tratando de feito que dependa de inclusão em pauta, trago-o desde já a julgamento.

Recife, 28 de 05 de 2014.

Des. **Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
Relator Substituto



20

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**HABEAS CORPUS Nº 333859-0**

Impetrante: Drª Janeceli da Paixão Plutarco

Paciente: Williams José de Lima

Autoridade Coatora: Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Vitória de Santo Antão (processo nº 0003668-94.2012.8.17.1590)

Procuradora de Justiça: Drª Judith Pinheiro Silveira Borba

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

Relator substituto: Cláudio Jean Nogueira Virgínio

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

Senhor Presidente,  
Senhor (a) Desembargador (a),  
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça:

**VOTO**

Conforme foi relatado, o impetrante almeja a concessão da ordem, argüindo, em síntese, excesso de prazo no encerramento do feito.

Não vislumbro, ao menos por enquanto, nenhuma razão para a concessão da ordem impetrada.

De acordo com as informações prestadas no ofício de fls. 23 e 24 pela Drª Wilka Pinto Vilela Domingues da Silva, Juíza de Direito em exercício cumulativo na vara de origem, o processo vem tramitando regularmente, já tendo sido realizadas todas as audiências da instrução.

Vejamos o teor dessas informações:

"(...) O paciente WILLIAMS JOSÉ DE LIMA foi preso em flagrante no dia 25 de setembro de 2012, por, juntamente com a pessoa conhecida por "neguinho", em comunhão de desígnios e vontades livres e conscientes, ter subtraído para si, coisas alheias móveis, do estabelecimento comercial denominado Lojas Insinuante.

Aflui-se dos autos que, no dia do fato, o paciente, juntamente com um indivíduo conhecido como "neguinho", entraram no estabelecimento comercial denominado Lojas Insinuante, trajando roupas escolares e mochilas, fazendo-se passar por clientes, onde indagaram do funcionário Weverton Antônio da Silva sobre o preço do sofá e televisão.



43

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Decisão decretando a prisão preventiva em 01 de outubro de 2012, a fim de garantir a ordem pública.

Despacho recebendo a Denúncia em 24 de outubro de 2012.

Pedido de Liberdade Provisória em 29 de outubro de 2012, sustentando a ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar.

Parecer do Ministério Público em 09 de novembro de 2012, pugnando pelo indeferimento do pedido de liberdade.

Decisão mantendo a prisão preventiva do acusado proferida em 20 de novembro de 2012, em razão de permanecerem hígidos os motivos autorizadores do acautelamento preventivo.

Defesa prévia apresentada pelo acusado às fls. 96/97.

Audiência de Instrução e Julgamento realizada em dois momentos, dia 28 de janeiro de 2013 e 22 de julho de 2013, onde foram ouvidas três testemunhas arroladas na Denúncia, bem como interrogado o paciente.

Pedido de relaxamento de prisão formulado pela Defesa em 30 de julho de 2013.

Parecer Ministerial em 31 de julho de 2013, opinando pela manutenção da prisão preventiva.

Decisão indeferindo o pedido de relaxamento de prisão em 13 de agosto de 2013, por persistirem os motivos da segregação cautelar.

Na fase do art. 402 do Código de Processo Penal, foi requerido pelo Ministério Público algumas diligências no sentido de remeter a este juízo o extrato reverso do celular do paciente, a fim de melhor instruir e apurar circunstâncias do fato delituoso.

o processo vai ser remetido ao *Parquet*, para que se manifeste acerca das respostas dos Ofícios às citadas operadoras e, em nada sendo requerido pelas partes, serão imediatamente intimadas para apresentação das Alegações Finais.(...)”

Pelos esclarecimentos acima, observo que o processo está realmente tramitando na conformidade do que é possível, e nada sugere a existência de desídia ou incúria da juíza processante, nem tampouco inércia da secretaria da vara, sendo o lapso temporal ainda aceitável.

Além disso, mesmo que tenha ocorrido alguma dilação na conclusão do sumário de culpa, tal deve ser visto à luz do razoável, considerando as



42

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

dificuldades de natureza estrutural e técnica, entre elas a elevada e progressiva quantidade de processos que diariamente são distribuídos para as varas criminais, como ocorre nas diversas comarcas do nosso Estado, não sendo exceção a vara de origem.

Tanto assim é que este sodalício, em 11/12/2008, editou a Súmula 84, publicada em 23/12/2008, *in litteris*:

**Súmula 84** – “*Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto.*”

Assim, o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificada, o que não ocorre no caso concreto.

De qualquer forma, como a dilação ainda não ultrapassa as fronteiras da razoabilidade, e considerando que a conclusão da fase instrutória já se avizinha, estando pendente apenas da manifestação do representante do Ministério Público sobre o resultado da diligência por ele requerida (disponibilização do extrato reverso do telefone celular do paciente), não há falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo, e a concessão da ordem, por agora, não é recomendável.

Portanto, de acordo com o parecer da ilustre Procuradora de Justiça, **denego a ordem** impetrada, e, por oportuno, a título de recomendação, determino que se oficie imediatamente à autoridade coatora, para que, com a máxima urgência, procure dar bom termo à pendência acima indicada.

É como voto.

Recife, 28 de 08 de 2014.

Des. *Cláudio*  
**Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
Relator Substituto